

Lições da Primeira Onda de Pesquisa e Ativismo sobre Femicídio

Kathleen Staudt

PhD, Docente de ciência política da University of Texas at El Paso (EUA)

Texas – Estados Unidos

kstaudt@utep.edu

Resumo

Durante quase duas décadas, o olhar mundial voltou-se a Ciudad Juárez (México) pela sua característica de capital mundial do feminicídio. Desde o ápice do ativismo antifeminicida radical, em 2003-2004, o assassinato de mulheres não apenas cresceu, mas o fez de forma exponencial. Apesar disso, o ativismo diminuiu. Desde 2010, com o início de uma “segunda onda” de atenção na fronteira mexicana, mostrou-se importante esclarecer algumas definições e avaliar estratégias de mudança. Este artigo fará um resumo da primeira onda de ativismo voltado à violência contra as mulheres, com foco em Ciudad Juárez e nas redes que seus ativistas criaram para além da fronteira e com o resto do mundo. Dissecaremos as diversas definições da palavra feminicídio e argumentaremos em favor de uma definição unificada que encontre ressonância nos contextos social e legal. Também discutiremos a importância de examinar todos os homicídios, qualquer que seja o gênero das vítimas, na esperança de profissionalizar as práticas policiais. Por fim, apresentaremos um resumo da primeira onda de pesquisa e ativismo, acrescido de meus próprios pontos de vista.

Palavras-Chave

Feminicídio, gênero, pesquisa, ativismo

Durante quase duas décadas, o olhar mundial voltou-se a Ciudad Juárez, em Chihuahua, no México, pela sua característica de capital mundial do feminicídio. De 1993 a 2003, o assassinato de 370 mulheres e meninas em uma única cidade chocaram a comunidade e um número crescente de pessoas em todo o mundo, por dois motivos. Primeiro, pela morte envolvendo tortura, mutilação e/ou estupro de algumas das vítimas. Em segundo lugar, pela ausência quase completa de investigação e julgamento por parte da autoridade policial municipal e estadual e pela impunidade geral resultante. Desde o ápice do ativismo antifeminicida radical, em 2003-04, o assassinato de mulheres não apenas cresceu, mas o fez de forma exponencial quando se multiplicam as contagens anuais dos óbitos. Apesar disso, o ativismo diminuiu.

No final dos anos 1990 e primeiros anos de 2000, as mortes mobilizaram ativistas, reformadores profissionais e pesquisadores. Argumento que essa “primeira onda” de atenção ao problema exige uma reflexão crítica, da qual se podem tirar lições. Por quê? Embora se tenha divulgado amplamente o assassinato dessas mulheres, o discurso e a prática dos ativistas, pesquisadores e reformadores gerou certa confusão, inatividade e até ceticismo entre os não ativistas e potenciais pesquisadores e ativistas de uma segunda onda. Desde 2010, com o início de uma

“segunda onda” de atenção no México e na fronteira, bem como as tentativas, em vários países, de repensar a costumeira falta de atenção, por parte da polícia, à violência contra as mulheres, é importante esclarecer algumas definições e avaliar estratégias de mudança.

Neste artigo, faremos um resumo da primeira onda de ativismo voltado à violência contra as mulheres, com foco em Ciudad Juárez e nas redes que seus ativistas criaram para além da fronteira e com o resto do mundo. Dissecaremos as diversas definições da palavra feminicídio e argumentaremos em favor de uma definição unificada que encontre ressonância nos contextos social e legal. Também discutiremos a importância de examinar todos os homicídios, qualquer que seja o gênero das vítimas, na esperança de profissionalizar as práticas policiais. A seguir, apresentamos um resumo da primeira onda de pesquisa e ativismo, acrescido de meus próprios pontos de vista.

A Violência contra as Mulheres, a partir de meu ponto de vista como ativista-pesquisadora

Moro há trinta anos em Paso del Norte, região de El Paso-Ciudad Juárez, uma área metropolitana com dois milhões de habitantes que atravessa a fronteira internacional que divide o sudoeste dos Estados Unidos e

o norte do México. A área apresenta taxas de homicídio galopantes desde 2008, quando o Presidente Calderón enviou as polícias militar e federal para controlar os cartéis da droga da região, os quais competem pelo controle da porta de entrada para os consumidores dos Estados Unidos, onde existe a maior e mais lucrativa demanda por drogas ilícitas de todo o mundo, sejam elas drogas leves, como a maconha, ou as pesadas, incluindo a cocaína, heroína e metanfetaminas.

Minha própria pesquisa fazia parte da primeira onda de pesquisa antifeminicídio. Escrevi, em coautoria com Irasema Coronado, *Fronteras no Más: Toward Social Justice at the U.S.-Mexico Border* (2002), em que analisamos as organizações da sociedade civil, bem como os ativistas, da região transfronteiriça. Em um dos capítulos, examinamos brevemente o ativismo de direitos humanos e feminista, incluindo os movimentos sociais antifeminicidas. Ampliamos nosso foco em vários artigos sobre o ativismo da sociedade civil (2005, 2007) utilizando a observação participante, documentos e entrevistas. Depois de uma pesquisa extensa sobre violência doméstica em ambos os lados da fronteira, escrevi *Violence and Activism at the Border* (2008), discutido abaixo.

Em 2002 tornei-me membro da Coalizão contra a Violência às Mulheres e Famílias da Fronteira entre os Estados Unidos e México. Aliados a indivíduos e outras organizações de ambos os lados da fronteira, dirigimos nossa atenção ao assassinato de meninas e mulheres em Ciudad Juárez. Atuando com coragem e não sem risco, as mulheres e femi-

nistas de Juárez foram pioneiras no ativismo social, dando nomes ao horror e conferindo ao movimento suas cores e logotipos (cruzes rosa e negras). Embora os ativistas da sociedade civil e as agências do governo mexicano não tenham chegado a um acordo sobre o número de vítimas, não se pode negar a matança sexualizada e a desova de corpos mutilados no deserto que cerca Ciudad Juárez. O descarte descarado de oito corpos de mulheres da classe trabalhadora ou de bairros empobrecidos dentro da própria cidade mobilizou muitas pessoas.

Logo após entrar na Coalizão, comecei a observar a variedade de vítimas e assassinos de mulheres em um total de 370 assassinatos, contados ao longo da década de 1993 a 2003, quando a Anistia Internacional, uma organização não governamental (ONG) de âmbito internacional, começou a envolver-se com a questão e publicou uma monografia sobre essas “mortes intoleráveis” ocorridas ao longo de dez anos de “impunidade” policial (2003). Os assassinatos sexualizados pareciam perfazer um terço do total. Interessei-me pelos outros dois terços das mortes menos dramáticas, perpetradas talvez pelos maridos, namorados, vizinhos oportunistas ou parentes. Nos Estados Unidos, os ativistas chamam esse fenômeno de “assassinato por violência doméstica” ou simplesmente “homicídio” (subdivido nas categorias feminino e masculino). Esses assassinatos, igualmente atroz, mas não dramáticos, foram “normalizados” ao longo dos séculos em muitos países (Staudt 2008: capítulo 2), e a violência física (“violência doméstica”) raramente recebeu atenção até que os ativistas de direitos

humanos e feministas internacionais pressionassem os governos para que estes últimos reagissem, criando leis contra a violência e penalizando esses crimes.

Conduzimos uma série de oficinas e pesquisas, em conjunto com uma ONG de grande porte e voltada para a saúde, em Juárez, trabalhando com uma amostra representativa de 404 mulheres entre 15 e 39 anos. Documentamos os vários tipos de violência que muitas mulheres sofrem (mas não todas): verbal, psicológica, física e sexual. Perguntamos a respeito da segurança em casa, vizinhança e local de trabalho. Perguntamos sobre confiança na polícia e ainda, caso sofressem violência doméstica, se chamariam a polícia. Mais de três quartos das entrevistadas não confiavam na polícia, nem a chamariam. Na verdade, nas oficinas algumas mulheres falaram da cumplicidade dos policiais com os criminosos.

Os achados da pesquisa, que amplia o foco de modo a abranger a violência contra a mulher, além do assassinato e/ou feminicídio, foram publicados em meu livro *Violence and Activism at the Border: Gender, Fear, and Everyday Life in Ciudad Juárez* (2008), capítulo 3. De modo geral, 27% das mulheres sofriam violência física nas mãos de seus parceiros e as mulheres cujo parceiro recorria a ameaças, humilhações e outras formas de violência verbal conviviam com a violência crônica e contínua. Muitas mulheres não conseguiam sair de casa pela falta de dinheiro e o medo de perder os filhos. O salário mínimo na cidade, que abriga 300 montadoras estrangeiras denominadas *maquiladoras*, é

de 54 pesos por dia, perfazendo 4,50 dólares diários. É um salário de miséria, talvez parte da “violência estrutural” que acomete muitos de seus habitantes. Cerca da metade da população de Juárez está abaixo da linha de pobreza do México, atingindo tanto homens como mulheres. Se os habitantes recebessem o triplo do salário mínimo mexicano como “salário de subsistência”, conseguiriam superar a pobreza, mas o governo criou um clima “propício ao comércio” que acabou empobrecendo muitas pessoas.

No capítulo 4 do meu livro *Violence and Activism* (2008), descrevo e analiso a emergência do ativismo antiviolência desde o seu início, em Juárez, até atravessar a fronteira, bem como o ativismo no México, Estados Unidos e outras partes do mundo, onde houve protestos junto a embaixadas e consulados mexicanos. Em uma cidade grande do porte de Juárez, não é de se surpreender que as ONGs não tenham exatamente a mesma abordagem com relação aos esforços ou estratégias de mudança. Havia tensão considerável entre os grupos cujo principal foco era o feminicídio e aqueles que enfocavam a violência contra as mulheres como um todo, incluindo a violência doméstica, tentativas de homicídio, incesto e estupro.

Após o auge do ativismo radical em 2003-4, com protestos, testemunhos, cores, logotipos, arte e teatro, diversas agências governamentais procuraram reagir de forma pacificadora, formando comissões, constituindo um quadro de três funcionários no Instituto das Mulheres de Chihuahua para fins de orientação, realizando estudos e promulgando uma lei federal segun-

do a qual as mulheres devem “viver sem violência”. Essa bela retórica está bem distante da realidade ou da falta de recursos para transformar as instituições policiais. As polícias municipal e estadual pouco mudaram a (baixa) prioridade com que tratavam os crimes contra a mulher. A Anistia Internacional passou a atuar em outros locais, especialmente a Guatemala, onde as taxas de feminicídio superaram todas as outras. As mulheres continuaram a ser assassinadas, embora as mortes dramáticas e sexualizadas parecem ter diminuído, de acordo com Julia Monárrez Fragoso, que mantém um banco de dados sobre o feminicídio no COLEF (Colégio da Fronteira Norte, instituição de pesquisa do norte do México) (2010). Contudo, o número médio de mulheres assassinadas anualmente girou em torno de 30 a 40 até 2008, perfazendo 370 mortes em 10 anos. A partir daí, com o início das guerras entre o governo mexicano e os cartéis da droga, as taxas de homicídio aumentaram abruptamente tanto para homens como mulheres. Em 2009, 180 mulheres foram assassinadas, mas poucos desses óbitos eram de natureza sexual. De qualquer modo, 2.600 pessoas foram assassinadas na cidade, das quais apenas uma pequena fração foi de mulheres.

Na referida seção, enfatizei a pesquisa e ativismo da primeira onda de mobilização contra o feminicídio. Depois dessa prévia, passo a dissecar o discurso associado ao assassinato de mulheres. Definições múltiplas e diversas palavras geraram certa confusão, da qual se podem tirar lições para o momento presente e para outros países. Argumento que é mais importante focar o trabalho no fim da violência contra as mulheres do que embarcar

em discussões acadêmicas sobre os múltiplos significados das palavras, discussões essas que poderiam postergar a ação voltada à redução da violência e assassinatos. Na próxima seção, não pretendo criticar autores individuais, pois todos temos interesses comuns na redução ou eliminação da violência contra as mulheres (e provavelmente a violência contra a pessoa humana). A ideia é ilustrar os múltiplos usos do termo. É essa multiplicidade de usos que está gerando confusão entre os pesquisadores, ativistas e reformadores profissionais.

Femicídio: Diferente de Assassinato ou Homicídio?

Femicídio é uma palavra forte, evoca a ideia de assassinato em massa, assim como a palavra genocídio. Esta última é utilizada somente de forma limitada, para referir-se ao Holocausto, Ruanda e Darfur, por exemplo.

Foi na revista *Ms*, em 1990, que pela primeira vez Jane Caputi e Diane Russell analisaram e aplicaram a palavra feminicídio, por elas denominado “terrorismo sexista”, à violência de caráter misógino ou relacionada ao ódio à mulher, reempregando o termo posteriormente em seu livro *Femicide: The Politics of Women Killing* (1992). Deram um novo nome ao assassinato de mulheres nos Estados Unidos e Canadá, descrevendo detalhadamente o caso de um assassino em série que matou 14 mulheres, feriu outras mulheres e homens e depois cometeu suicídio, não sem antes gritar que culpava as “feministas” pelos seus próprios problemas, acusação que repetiu no bilhete que deixou ao suicidar-se. Caputi e Russel analisam o que denominaram

a “ordem de grandeza” do terrorismo sexista nos Estados Unidos. Trata-se de uso amplo do termo, com foco na intenção ou ódio que emerge coletivamente, como parte do processo de socialização do homem enquanto indivíduo, que cresce em uma sociedade misógina, patriarcal. Do ponto de vista legal, portanto, será que todos os crimes cometidos por homens contra mulheres podem ser considerados terrorismo sexista? Ou apenas os crimes onde há intenção de ódio? Nos tribunais dos Estados Unidos, não é fácil conseguir que o ódio seja prova válida para a condenação. Será que o homicídio não é suficiente?

A partir de uma perspectiva mundial, a pesquisadora americana Rosa Linda Fregoso emprega a palavra inglesa *feminicide* para referir-se ao assassinato das mulheres de Juárez, fato descrito pela estudiosa mexicana Julia Monárrez Fragozo em 2000 pela primeira vez no idioma espanhol com a palavra *feminicidio* ou “violência sexual motivada politicamente” [grifo nosso], considerando o sistema patriarcal em que se insere essa violência (2003, p2). Patricia Ravelo Blancas também utilizou o termo, juntamente com Alfredo Limas (2002). Essa terminologia parece evocar mais do que um termo meramente biológico (o elemento feminino em feminicídio), sugerindo também assassinato sexualizado e uma construção de gênero, embora sejam diferentes, no dicionário espanhol, as definições dos termos *femenino* e *feminismo* (feminino e feminismo). Algumas questões podem ser levantadas, do ponto de vista legal. Seria a violência sexual um elemento definidor desse tipo de crime? Trata-se de fato de terrorismo sexista, para usarmos o conceito

de Caputi e Russell? O estrangulamento não sexualizado, entre outras formas de matar, entraria na categoria? Poderia considerar-se feminicídio qualquer tipo de homicídio de mulheres em uma sociedade patriarcal? Existe alguma coisa na construção social do gênero (algo excessivamente feminino ou feminista, que possa representar ameaça a alguns homens) que torna o crime feminicídio?

Em inglês, o discurso oficial sobre homicídio deriva linguisticamente do homem, ou de referentes masculinos: *homicide* e *manslaughter*¹. Homicídio seria, aparentemente, o oposto de feminicídio, mas refere-se ao assassinato de um indivíduo, e não à morte coletiva. O termo não provoca a mesma reação forte nem possui a mesma dramaticidade que feminicídio, considerando o modo como este último foi utilizado na América do Norte nos anos 90 e 2000, o mesmo se aplicando à palavra genocídio. Na jurisprudência dos Estados Unidos, os termos homicídio de primeiro e segundo grau, bem como homicídio culposos (*manslaughter*), são utilizados pelos promotores para acusar os supostos assassinos, dependendo da intenção, provas e probabilidade de condenação. Dessa forma, percebe-se que tanto o assassino quanto a vítima compartilham de uma terminologia associada a homens ou elementos masculinos. Mas, claro, as mulheres também são vítimas e assassinas. Há meio século, os sistemas patriarcais, como o dos Estados Unidos, utilizavam a terminologia masculina para referir-se a homens e mulheres, embora atualmente o mundo anglófono prefira *human* (humano). No entanto, nas três últimas letras dessa palavra inglesa resiste teimosamente o elemen-

to masculino (-*man*), e até mesmo na palavra *woman* (mulher). Em um número crescente de países, as estatísticas relativas a homicídios foram subdivididas em gênero, nas categorias homens e mulheres. As nuances da construção social da palavra gênero, sobre a qual os acadêmicos já gastaram muita tinta, ficam assim perdidas. Além disso, permanecem invisíveis os crimes cometidos contra indivíduos transgênero e transexuais.

Existe ainda outra terminologia em uso para denominar o assassinato de mulheres, neste caso, pela burocracia do governo federal mexicano, especificamente a Procuradoria Geral da República (PGR). Olga Aikin Araluce realizou uma análise excelente, integrando a teoria dos direitos humanos, sobre o modo pelo qual as feministas e ativistas de direitos humanos criaram redes com ativistas e agências internacionais, bem como outros governos, para pressionar as autoridades mexicanas (2009), processo esse que durou toda uma década. Como era de se esperar, inicialmente a PGR ignorou e negou as acusações, para em seguida negociar e reconsiderar o seu discurso. Por exemplo, os políticos ou promotores muitas vezes marginalizavam o assassinato de mulheres, utilizando termos como “briga entre amantes” ou “crime passionnal”, termos atualmente inaceitáveis de acordo com as normas internacionais de direitos humanos (embora ainda sejam utilizados no México e nos Estados Unidos para diminuir a culpa e reduzir as sentenças de prisão). Quando a PGR finalmente começou a cumprir com as normas internacionais, adotaram termos como “violência de gênero”, “perspectivas de gênero” e “discriminação de gênero” nas suas análises sobre a violência contra as mu-

lheres. Na etapa final, de acordo com a análise de Aikin Araluce, a PGR criou um gabinete para analisar e monitorar a violência contra as mulheres. Os significados sociológicos do gênero como construção social são utilizados para referir-se somente às mulheres, e não para homens e mulheres. Em outro trabalho, escrito juntamente com Jane Jaquette, analisamos a substituição da palavra mulher pela palavra gênero (2006). Apesar da nova linguagem, o governo federal mexicano confere alguma autonomia, respeitada a uniformidade constitucional, aos governos estaduais e as respectivas forças policiais municipais. Em alguns estados mexicanos, a violência doméstica física ainda não é considerada crime!

Em meu livro *Violence and Activism at the Border* (2008) adotei uma abordagem inclusiva com relação ao assassinato de meninas e mulheres, dada a pluralidade de vozes e multiplicidade de palavras: feminicídio, assassinatos baseados em gênero, assassinatos sexuais, assassinato/ homicídio resultante de violência doméstica, homicídios de mulheres. Desde a redação e publicação do livro, e o acompanhamento constante da situação, observo, com pesar, a confusão causada entre os pesquisadores e ativistas. Em meu próprio trabalho comunitário, no qual fui treinada para atuar como “voluntária para as vítimas” na Delegacia Policial de El Paso e para representar os ativistas da sociedade civil junto à Equipe de Análise de Fatalidades em Casos de Violência Doméstica do Gabinete do Promotor Distrital, também em El Paso, Texas, cidade vizinha de Juárez, observo casos e analiso os documentos relativos ao homicídio de mulheres. Alguns dos assassinatos foram

claramente motivados pelo ódio, levando a mortes tortuosas e corpos mutilados, nem sempre com violência sexual. Outros foram causados por um tiro rápido, pois é amplo o acesso a revólveres e rifles nos Estados Unidos. No Texas, não há termo jurídico para referir-se ao feminicídio, sendo bem mais fácil acusar um suspeito em um processo criminal alegando homicídio de primeiro grau do que homicídio por ódio ou misoginia.

Do meu ponto de vista, uma mulher assassinada é uma mulher assassinada. Deve-se exigir justiça e prestação de contas, independentemente da intenção, método utilizado e presença ou ausência de violência sexual antes da morte. Com relação a Ciudad Juárez, as pessoas ficam perplexas quando escutam de alguns estudiosos, referindo-se aos homicídios sexualizados, que diminuiu a taxa de feminicídio, enquanto outros especialistas afirmam que a taxa de homicídios de mulheres quadruplicou, no mínimo, desde o início do ativismo antifeminicida há cinco ou mais anos. Alguns estudiosos e ativistas fornecem números desde 1993, quando pela primeira vez os ativistas começaram a contar e nomear as vítimas cujos corpos eram identificáveis, enquanto que outros falam de totais anuais. No primeiro caso há mais dramaticidade, demonstrando talvez sabedoria estratégica para fins de ativismo, mas não em termos de investigação, julgamento e condenação. Outros ainda observam que menos de 10% das vítimas atuais são mulheres, ao passo que mais de 90% são homens. E quem fala e age por esse alto volume de mortes?

O famigerado sistema jurídico-policial mexicano não possui experiência suficiente na in-

vestigação e julgamento dos crimes, conforme documentam estudos não apenas em Juárez, mas em todo o México (veja, por exemplo, trechos em Cornelius e Shirk 2007; Alvarado 2008). A guerra entre os militares e os cartéis do tráfico, deflagrada desde que o Presidente Calderón enviou tropas e policiais federais para as zonas de violência em 2008, resultou em 28 mil assassinatos em todo o país até meados de 2010. As autoridades do governo rapidamente atribuíram as mortes às quadrilhas de narcotraficantes, sem qualquer investigação, produzindo números (dezenas de milhares) de forma semelhante à chamada *Guerra Sucia* (Guerra Suja), ocorrida na Argentina durante o regime militar nos anos 1970. Milhares de queixas junto às impotentes comissões de direitos humanos estaduais e nacionais alegam que os militares e a polícia federal também foram responsáveis por alguns desses crimes, mas tais alegações permanecem sem investigação nem julgamento. Em algumas partes do México, não está claro se é o governo ou o crime organizado que está no controle. E boa parte dessa violência é causada pela pobreza e os lucros provenientes do consumo de drogas nos Estados Unidos.

Reflexões e Lições para a Segunda Onda de Pesquisa e Ativismo sobre Assassinatos e Impunidade Policial

A primeira onda de pesquisa e ativismo sobre o feminicídio ampliou os níveis de conscientização acerca da misoginia, ódio e impunidade policial que levaram aos homicídios e injustiça no México. Os atos hediondos e a falta de reação do governo são conhecidos em todo o mundo, estimulando talvez a identificação de padrões semelhantes

em outros países e a pressão pela conscientização, reação policial e justiça, por comunidades seguras e livres da violência contra mulheres, crianças e homens.

As pessoas têm muito a aprender com a pesquisa e ativismo da fronteira do norte do México. Alguns de seus achados podem ser adaptados a outros locais. Com a passagem para a segunda onda de pesquisa e ativismo no México ou em outras partes do mundo, poderiam também adotar uma terminologia comum para evitar confusão e permitir que os assassinos sejam julgados de maneira uniforme e justa. Conforme expus ao longo deste artigo, o termo feminicídio, apesar de útil para fins de conscientização e ativismo, tem sido usado com significados múltiplos. Essa pluralidade de significados levou à confusão, reflexão e mesmo reações negativas. Pressionar pela adoção de uma nova terminologia para o homicídio sem a devida fundamentação em uma estrutura jurídica de governança pode postergar a pressão pela investigação, julgamento e condenação de assassinos.

Ao refletir sobre quase uma década de pesquisa e ativismo sobre a violência contra as mulheres, é possível tirar as seguintes lições e conclusões:

- Aumentar o respeito dos meninos e homens pelas mulheres no processo de socialização (ou seja, escolas) e em programas voltados para a mudança do excesso de masculinidade e controle que levam à violência doméstica, estupro e violência crônica.
- Desenvolver ONGs fortes na sociedade civil para fazer pressão por instituições jurídico-policiais eficazes que priorizem

a redução da violência contra a mulher por meio de treinamento e uniformidade de procedimentos. Nos Estados Unidos, foi somente na década de 1970 que as feministas conseguiram gerar força suficiente para mudar as instituições policiais municipais e estaduais, fazendo-as lidar com a violência doméstica e sexual/estupro. Como voluntárias, as feministas montaram abrigos para mulheres agredidas, centros de atendimento a casos de estupro e orientação, muitos dos quais foram profissionalizados e subsidiados pelo governo. Nos anos 1990, o governo federal dos Estados Unidos lançou mão de mandatos e fundos orçamentários para incentivar a polícia municipal e estadual a lidar com a violência contra as mulheres (este processo, desenvolvido ao longo de décadas, foi analisado por Staudt, 2008, capítulo 5).

- Estimular as meninas e mulheres a reconhecer a violência psicológica e verbal que normalmente precedem os atos de violência física e sexual.
- Depois que as instituições policiais passarem a trabalhar de forma eficaz, estimular as pessoas a relatar crimes e estigmatizar e distanciar-se de homens violentos e controladores.
- Assegurar que as sobreviventes tenham acesso a abrigos e centros de orientação, subsidiados pelo governo.
- Reduzir e aliviar, por meio de políticas econômicas, a pobreza e desigualdades de gênero quanto a salários e oportunidades de trabalho que acabam prendendo as mulheres a relacionamentos que ameaçam a sua segurança.
- Prevenir e reduzir o consumo (e o vício)

de drogas e álcool, que normalmente levam os homens a crer que possuem uma licença para agir com violência com as mulheres.

- Criar um consenso acerca da linguagem utilizada para mobilizar a sociedade civil

contra a violência direcionada às mulheres e para julgar crimes e reformar as instituições jurídico-policiais, de modo a refletir a linguagem jurídica e social corrente em âmbito nacional e internacional.

1 *Nota do tradutor: Manslaughter, em contextos jurídicos, costuma referir-se a homicídio culposo, mas se fosse traduzido ao pé da letra, seria abate (=slaughter) de homem (=man).*

Referências Bibliográficas

- AIKIN ARALUCE, O.. 2009. "Transnational Advocacy Networks, International Norms, and Political Change in Mexico: The Murdered Women of Ciudad Juárez." In: STAUD, K.; PAYAN, T.; KRUSZEWSKI, Z. A.(orgs.). **Human Rights along the U.S.-Mexico Border: Gendered Violence and Insecurity**. Tucson, University of Arizona Press, 2009, p. 150-167.
- ALVARADO, A.. **La reforma de la justicia en México**. D.F, El Colegio de México, 2008.
- AMNESTY INTERNACIONAL. **Intolerable Killings. Ten Years of Abductions and Murders of Women in Ciudad Juárez, Chihuahua**. New York, AI, 2003.
- CAPUTI, J.; RUSSEL, D.. **Femicide: The Politics of Women Killing**. NY, Twayne , 1992.
- CORNELIUS, W.; SHIRK, D. (org.). **Reforming the Administration of Justice in Mexico**. Notre Dame, Notre Dame University Press, 2007.
- FREGOSO, R. L.. **Mexicana Encounters: The Making of Social Identities on the Borderlands**. Berkeley, University of California Press, 2003.
- JAQUETTE, J.; STAUDT, K.. "Women, Gender and Development." In: JAQUETTE, J; SUMMERFIELD, G. **Women and Gender Equity in Development Institutions, Resources, and Mobilization**. Duke University Press, pp. 17-52, 2006.
- FRAGOSO, J. E. M.. **"La cultura del feminicidio en Ciudad Juárez, 1993-2003,"** Frontera norte 23, No. 12, 2000, pp. 87-117.
- MONÁRREZ, F; ESTELA, J.. 2010. "Death in a Transnational Metropolitan Region." In: STAUD, K; FUENTES, C.; FRAGOSO, J. E. M. (org.) **Cities and Citizenship at the U.S.-Mexico Border: The Paso del Norte Metropolitan Region**. NY, Palgrave USA, 2010.
- RAVELO BLANCAS, P; LIMAS, A.. 2002. **"Feminicidio en Ciudad Juárez: Una civilización sacrificial."** El cotidiano 111, pp. 47-57, 2002.
- STAUDT, K.. **Violence and Activism at the Border: Gender, Fear and Everyday Life in Ciudad Juárez**. Austin, University of Texas Press, 2008.
- STAUDT, K.; CORONADO, I.. **Fronteras no Más: Toward Social Justice at the U.S.-Mexico Border**. NY, Palgrave USA, 2002.
- STAUDT, K; CORONADO, I.. "Resistance and Compromiso at the Global Frontlines: Gender Wars at the U.S.-Mexico Border." In: ESCHLE, C.; MAIGUASHCA, B. (org.) **Critical Theories, World Politics and the Anti-Globalisation Movement**. London: Routledge, 2005, pp. 139-153.
- STAUDT, K; CORONADO, I.. "Bi-national Civic Action for Accountability: Anti-Violence Organizing in Cd. Juárez-El Paso." In: CORNELIUS, W.; SHIRK, D. (org.) **Reforming the Administration of Justice in Mexico**. Notre Dame University Press, 2007, pp. 349-68.

Lições da Primeira Onda de Pesquisa e Ativismo sobre Femicídio

Kathleen Staudt

Resumen

Lecciones de la primera ola de investigación y activismo sobre feminicidio

Durante casi dos décadas, la mirada mundial se dirigió a Ciudad Juárez (México) por su característica de capital mundial del feminicidio. Desde el ápice del activismo antifemicida radical, en 2003-04, el asesinato de mujeres no sólo creció, sino que lo hizo de forma exponencial. A pesar de ello, el activismo disminuyó. Desde 2010, con el inicio de una "segunda ola" de atención a la frontera mexicana, se reveló como asunto de importancia el aclarar algunas definiciones y evaluar estrategias de cambio. Este artículo hará un resumen de la primera ola de activismo dedicado a la violencia contra las mujeres, con foco en Ciudad Juárez y en las redes que sus activistas crearon más allá de la frontera y con el resto del mundo. Diseccionaremos las diversas definiciones de la palabra feminicidio y argumentaremos a favor de una definición unificada que encuentre resonancia en los contextos social y legal. También discutiremos la importancia de examinar todos los homicidios, sea cual sea el género de las víctimas, con la esperanza de profesionalizar las prácticas policiales. Por último, presentaremos un resumen de la primera ola de investigaciones y activismo, ampliado por mis propios puntos de vista.

Palabras clave: *Feminicidio. Género. Investigación. Activismo*

Abstract

Lessons from the First Wave of Research and Activism on Femicide/Feminicidio

For almost two decades, the eyes of the world have focused on Ciudad Juárez, Chihuahua, Mexico, as the world's femicide capital. Since the peak of dramatic anti-femicide activism in 2003-4, the murders of women have not only continued, but increased exponentially. Yet activism has diminished. Since 2010, as the "second wave" of attention has begun in Mexico and the border, it has become important to clarify some definitions and evaluate strategies for change. In this article, I summarize the first wave of activism against violence toward women, focusing on Ciudad Juárez as its activists networked across the border and with the rest of the world. I 'unpack' the various definitions surrounding the word femicide, or feminicidio, and argue for a unified definition that resonates with social and legal contexts. I also discuss the importance of examining all murders, whatever the gender of victims, in the hope for professionalizing police practices. Finally, I summarize the first wave of research and activism, threaded with my own vantage points.

Keywords: *Femicide, gender, research, activism*

Data de recebimento: 07/05/2010

Data de aprovação: 30/08/2010